

BID elogia o desempenho

segunda-feira, 11/9/89 □ Economia □ 3

do Brasil na década

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Graças aos extraordinários superávits comerciais, o Brasil conseguiu “o maior êxito” da América Latina, nos últimos anos, em seu esforço para enfrentar a crise de balanço de pagamentos provocada pela crise da dívida externa. Além disso, obteve “resultados positivos em comparação com o resto da região, ao reduzir ao mínimo os efeitos adversos do processo de ajuste da atividade econômica” nestes anos de crise, em que a América Latina sofreu um grave retrocesso. Estas são algumas das conclusões mais positivas sobre o Brasil, que constam do relatório anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

“Em cifras tanto relativas quanto absolutas, este foi, de longe, o maior aumento (de saldo comercial) na região, e fez com que durante a maior parte do período iniciado em 1983 o Brasil pudesse cumprir praticamente — ou cobrisse de sobra em 1984 e 1988 — não somente os pagamentos dos juros de sua enorme dívida externa, mas também outros débitos de suas contas de serviço”, destaca o relatório do BID. Diz ainda que, embora com menos ênfase que no Brasil, o aumento dos saldos comerciais foi o resultado mais positivo também no desempenho da economia de outros países latino-americanos no ano passado.

Concentração de renda — A análise também se detém nos efeitos negativos da política econômica praticada pelos governos brasileiros nos últimos anos, especialmente na persistente injustiça da distribuição de renda nacional. A estratégia agravou ainda mais este problema, especialmente ao dar enorme ênfase ao processo de endividamento interno, que acabou gerando

um mecanismo de enriquecimento ainda mais acelerado da pequena minoria de privilegiados.

“Parece provável que o crescimento das poupanças familiares (de pessoas físicas) durante a década de 1980 esteve acompanhado do agravamento ainda maior do problema já grave da distribuição de renda. A magnitude do problema é indicada pelo fato de que, em 1984, o grupo mais rico, composto 5% da população, recebeu ao redor de um terço da renda nacional, em comparação com aproximadamente 16% para a metade mais pobre”, assinala o documento.

A análise enfatiza a previsão de que qualquer solução para a atual crise brasileira terá, necessariamente, que passar por uma recuperação nas contas correntes do governo. “A recuperação das poupanças do governo deve constituir parte integrante de qualquer esforço significativo para restabelecer a formação de capital a seus níveis anteriores.”

“O espetacular crescimento do superávit comercial” do Brasil é citado como uma das mais importantes entre “muitas realizações positivas” do país, nos últimos anos, no sentido de resolver seus problemas de balanço de pagamentos. Recordar-se que o saldo comercial brasileiro saltou da média de US\$ 1 bilhão em 81-82 para quase US\$ 12 bilhões em 84-86 e a mais de US\$ 19 bilhões no ano passado.

Espiral inflacionária — “Ao mesmo tempo”, diz o estudo, “a nação pôde comprimir seu já modesto índice de importações a um dos níveis mais baixos do mundo em 83 e 84, sem os efeitos sumamente negativos que ocorreram na maioria dos países. A constante capacidade do Brasil de manejar sua economia tão bem como tem feito, apesar da imposição de controles gerais às importações, foi atribuída em grande medi-

da aos aumentos sustentados da produção nacional de petróleo, à queda dos preços do petróleo e à sua capacidade para substituir eficazmente uma ampla gama de importações”.

Apesar disso, o Brasil acabou entrando na grave espiral inflacionária e teve no ano passado uma queda real de 0,3% do PIB. O relatório lembra “as disposições complexas e, a miúdo, contraditórias” da nova Constituição, que passaram a condicionar as políticas econômicas e financeiras do país e alerta para “a natureza cada vez mais inercial do processo inflacionário criado pela in-dexação da economia”.

Adverte ainda que se o plano Verão não cumprir suas metas, haverá “pouca base para esperar uma recuperação sustentada na formação de capital fixo a curto prazo”. Embora sublinhe “os importantes elementos de reforma fiscal e de desindexação da economia” contidos no plano Verão, o BID afirma que “o Brasil continua precisando de uma correção fundamental de seu desequilíbrio fiscal, assim como da desindexação”.

Finalmente, o estudo ressalta que as chances de o plano Verão e de outras reformas que estejam por vir dêem certo dependerão em grande parte da redução dos atuais níveis de pagamentos de juros das dívidas interna e externa. “Faz-se sumamente difícil gerar o apoio geral a reformas fiscais impopulares, como a demissão de funcionários públicos que estão sobrando, quando se reconhece que as cargas financeiras se constituem uma porcentagem excepcionalmente alta dos desembolsos públicos totais. E, além disso, que certas minorias econômicas seletas têm se beneficiado consideravelmente da compra de instrumentos da dívida interna, especialmente durante períodos de altas taxas de juros reais, como as que existiram a princípios de 1989”, conclui o relatório.